

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na folha de respostas, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A marcação de acordo com o gabarito valerá **pontuação positiva**. A marcação em desacordo com o gabarito valerá **pontuação negativa**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

PROVA OBJETIVA

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Uma convicção pode ser a mais perversa das prisões. Quando o que sei não pode ser questionado, escuto apenas aquilo que confirma o que acredito. O que é diferente recuso. Quando acredito que tenho toda a razão e o outro, nenhuma, não existe diálogo. Preso às minhas convicções, reduzo a possibilidade de pensar. Não há como aprender sem estar disposto a mudar de ideia, e para mudar de ideia é preciso aceitar que minha convicção pode estar errada.

Polarização é quando duas convicções opostas ocupam todos os espaços do debate político. Quando não há adversário, mas inimigo. As alternativas, aquelas posições que não se encaixam em nenhum dos dois lados, são postergadas ou negadas. O debate se faz impossível. É como se as mensagens transitassem por canais paralelos ou fossem ditas em línguas diferentes. Pior: a língua é a mesma, as palavras são iguais – mas significam coisas diferentes, dependendo de quem diz.

Paramos de escutar, não interessam os argumentos. Deixa de importar o que é dito, importa quem disse: se foi alguém que é da minha posição, vou defender sem questionar. Mas, se for do outro lado, nego e rebato. Trocam-se palavras de ordem e memes, há menosprezo pelo argumento. Quem não está alinhado com uma das duas posições dominantes não tem voz: o que disser será entendido como apoio ou crítica a um dos dois polos. As ideias se impõem por relação de força – não a força da razão, mas a razão da força. Quem grita mais leva. As posições são sempre muito delimitadas, não existem nuances. É a morte das ideias, o fim da inteligência.

O bom senso é a coisa mais bem distribuída do mundo: nunca ninguém reclama de ter recebido pouco, disse o filósofo francês René Descartes no início de seu **Discurso do método**. Com as ideologias ocorre algo semelhante: nunca ninguém se queixa de ter o juízo distorcido pela própria ideologia. O viés ideológico só afeta os outros. Jamais nos questionamos: será que eu também não estou vendo a realidade? E se o que para mim é tão óbvio for produto de uma ideologia que não me permite ver diferente? É tão claro e tão evidente que não há espaço para dúvidas – e isso é muito perigoso.

BRUZZONI, Andrés. **Ciberpopulismo: política e democracia no mundo digital**. São Paulo: Editora Contexto, 2021, p. 9-11 (com adaptações).

Acerca das ideias do texto e das suas propriedades linguísticas, julgue os itens a seguir.

- 1 De acordo com o texto, no debate político, a polarização tem como consequência a produção de convicções opostas que ocupam esse debate e postergam ou negam posições que não se encaixam em nenhum dos lados.
- 2 Segundo o texto, a morte das ideias acontece quando os argumentos não são ouvidos e deixam de ser importantes, sendo substituídos pela força, pelo grito.
- 3 O autor caracteriza a convicção como uma prisão porque uma pessoa que acredita ter toda a razão desconhece o diálogo, reduz a possibilidade de pensar e se mostra sem condições de aprender.
- 4 Consoante as ideias do texto, o problema da ideologia é que ela cria uma realidade clara e evidente sobre a qual inexistente qualquer dúvida, havendo apenas a certeza de que o viés ideológico afeta somente os outros.
- 5 O texto é construído com base nas tipologias informativa e argumentativa.

Em relação aos aspectos gramaticais do texto, julgue os itens seguintes.

- 6 No período “Quando acredito que tenho toda a razão e o outro, nenhuma, não existe diálogo”, o emprego de cada uma das vírgulas é justificado por uma regra específica.
- 7 No segundo parágrafo do texto, o presente do indicativo é empregado na descrição de propriedades abstratas e na narrativa de fatos que se estendem aos dias atuais.
- 8 Na oração “Trocamos palavras de ordem e memes”, a substituição de “Trocamos” por **Troca-se** é gramaticalmente correta, sendo motivada pela indeterminação do sujeito da oração.
- 9 O pronome “isso”, em “e isso é muito perigoso”, atua como um elemento de coesão referencial, uma vez que resume todo o conteúdo do parágrafo.

Em relação ao Distrito Federal e considerando os aspectos socioeconômicos, demográficos, histórico-culturais e geográfico-ambientais, julgue os itens a seguir.

- 10** O Distrito Federal apresenta o maior produto interno bruto (PIB) *per capita* do Brasil – mais do que o dobro da média nacional –, porém convive com intensa desigualdade interna, possuindo um dos maiores índices de Gini entre as unidades federativas.
- 11** Entre 2010 e 2022, a maioria dos municípios do entorno do DF (RIDE-DF) cresceu demograficamente em ritmo superior ao do próprio Distrito Federal.
- 12** O Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, criado em 1960, no ano de inauguração da capital federal, consolidou-se como um marco cultural da capital federal – é o festival de cinema mais antigo do País e simboliza a relevância de Brasília no cenário audiovisual nacional, com a sua premiação Troféu Candango.
- 13** O pico do Roncador é o ponto mais alto localizado dentro dos limites do Distrito Federal, situando-se na região administrativa de São Sebastião.

Em relação à legislação nacional e distrital que trata da educação, julgue os itens a seguir.

- 14** Considerando o aumento das importações para a China, o Distrito Federal estabeleceu como requisito obrigatório, em sua Lei Orgânica, o mandarim como disciplina obrigatória em todas as etapas da educação básica.
- 15** Prezando pela neutralidade do ensino, o calendário escolar não deverá incorporar a temática da igualdade de condições sociais e direitos entre homens e mulheres de forma transversal no currículo escolar e no Projeto Político-Pedagógico das unidades escolares.
- 16** Suponha-se que uma pedagoga do Distrito Federal tenha decidido reunir vários professores para estabelecer que, a cada ano, seja realizada uma atividade avaliativa integrando, no mínimo, três disciplinas, abordando temas do currículo ensinado. Nesse caso, é correto afirmar que, ao adotar esse formato, a pedagoga adequou-se às novas metodologias que devem ser empregadas na educação brasileira.

- 17** Um professor deseja dar aula na educação pública do Distrito Federal para o ensino médio. Ele possui um curso de pedagogia e cursos de extensão em matemática. Nesse caso, é correto afirmar que ele está totalmente habilitado a trabalhar no ensino médio, sendo considerado profissional de educação.
- 18** Suponha-se que um professor de matemática do ensino fundamental do Distrito Federal tenha ensinado aos seus alunos que a sua disciplina tem como objetivo fornecer formatos para que eles possam resolver as questões. Para ele, não importava qual método o aluno utilizaria para chegar ao resultado, desde que demonstrasse, por raciocínio lógico, os motivos que tornassem verdadeira a afirmação. Nesse caso, é correto afirmar que o entendimento do professor está em consonância com as competências de matemática para o ensino fundamental.

Em relação aos conselhos tutelares, julgue o item seguinte.

- 19** Suponha-se que um homem e uma mulher, sendo casados, desejassem atuar como conselheiros tutelares na mesma região administrativa do Distrito Federal. Nesse caso, é correto afirmar que, por vedação legal, ambos não poderão exercer o cargo na mesma unidade.

Em relação ao Regime Disciplinar do Servidor Público do Distrito Federal e às Políticas Públicas Distritais, julgue os itens a seguir.

- 20** Suponha-se que uma mulher esteja desempregada desde 2019 e, sem perspectiva de melhorar na carreira, estivesse enfrentando dificuldades para se reinserir no mercado de trabalho. No entanto, uma amiga informou a ela que o Distrito Federal estabeleceu metas de políticas públicas voltadas à redução da taxa de desemprego entre mulheres na região. Nesse caso, é correto afirmar que a informação fornecida pela amiga apresenta fundamento.
- 21** Suponha-se que uma servidora do Distrito Federal tenha sido convocada por sua gestão a participar de um treinamento sobre assédio moral no ambiente de trabalho. No entanto, a servidora argumentou que foi aprovada em concurso público para exercer as suas atividades em pedagogia, e não para participar de treinamentos. Diante disso, a gestora alertou que a recusa poderia acarretar sanções disciplinares. Nesse caso, é correto afirmar que a gestora agiu de maneira adequada.

Uma escola do campo X, localizada no Distrito Federal, caracteriza-se por atender a diferentes modalidades e demandas educativas da comunidade local. Durante os turnos da manhã e da tarde, a instituição organiza turmas multisseriadas do ensino fundamental, contemplando estudantes de diferentes anos em uma mesma sala. No período noturno, oferta a educação de jovens e adultos (EJA), atendendo majoritariamente agricultores familiares que conciliam o estudo com o trabalho no campo. Nesse momento, encontra-se em processo de implementação de um projeto de tempo ampliado, voltado à educação integral, que busca fortalecer aprendizagens e expandir oportunidades formativas. Além disso, recentemente, a comunidade denunciou contaminação do rio local. O conselho escolar propôs um projeto interdisciplinar (“Água, trabalho e vida no campo”), integrando ciências, geografia, língua portuguesa e matemática; que incluiria educação ambiental transversal, uso crítico de TICs (quando disponíveis) e avaliação processual. Parte do corpo docente resiste: defende manter provas padronizadas; calendário urbano; e proibir o uso pedagógico de celulares. Na EJA, alguns sugerem aplicar o mesmo plano das turmas diurnas. Um dos desafios recorrentes enfrentados pela escola é a conectividade intermitente, o que limita o uso contínuo de recursos digitais nas práticas pedagógicas. Nesse momento, o PPP está em revisão.

Com base nessa situação hipotética e considerando-se as políticas públicas vigentes como referência, julgue os itens a seguir.

- 22** Suponha-se que, na escola do campo X, a defesa de provas padronizadas como instrumento exclusivo de avaliação contraria o princípio da contextualização curricular (LDB, art. 28) e o da gestão democrática (CF/1988, art. 206, VI), ao mesmo tempo em que reforça a lógica de responsabilização prevista em algumas políticas de avaliação em larga escala (como a Prova Brasil). Nesse sentido, é correto afirmar que tal prática, embora inadequada ao contexto da escola do campo, encontrará respaldo parcial em políticas de monitoramento de qualidade da educação básica.
- 23** A adoção de um projeto interdisciplinar que se baseia em educação ambiental e integração de áreas do conhecimento está em consonância com a BNCC (2017), que prevê temas transversais e com o PNE, que trata da melhoria da qualidade da educação. Entretanto, se o projeto não considerar a especificidade do currículo da EJA e das turmas multisseriadas, ele incorre em contradição com as Diretrizes para a Educação Básica: escolas do campo e EJA.
- 24** Suponha-se que a intermitência da conectividade digital da escola do campo X pode justificar a limitação do uso de TICs no processo pedagógico, desde que alternativas analógicas sejam previstas. Nesse caso, é correto afirmar que, ao proibir pedagogicamente o uso de celulares, a escola descumpra tanto a Política Nacional de Educação Digital quanto as orientações do Plano Nacional de Educação (Meta 5, quando relaciona alfabetização e letramento digital), pois deixará de explorar a tecnologia como recurso pedagógico inclusivo.

- 25** A prática docente de adotar exclusivamente provas padronizadas, rejeitando metodologias interdisciplinares e o uso pedagógico de tecnologias, aproxima-se mais da tendência tradicional do que da tecnicista, já que priorizará a centralidade do professor como transmissor de conteúdos e a memorização como forma de aprendizagem.
- 26** O modelo de avaliação processual proposto pelo projeto interdisciplinar contrapõe-se ao modelo de responsabilização individualizado presente nas avaliações externas. Porém, ao incorporar registros sistemáticos e autoavaliação, aproxima-se das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (2013) e da concepção formativa defendida pelo PNE (Estratégia 7.3). Logo, a coexistência entre avaliação formativa interna e exames externos de larga escala caracterizará um cenário de complementaridade coerente com as políticas públicas atuais.
- 27** Na revisão do PPP, caso a escola considere apenas diretrizes nacionais (BNCC, PNE e LDB), sem dialogar com legislações específicas como as Diretrizes da Educação do Campo e da Educação Especial, o documento resultante será juridicamente válido, mas pedagogicamente frágil, pois ignorará normativas específicas de modalidades atendidas.
- 28** Aplicar o mesmo planejamento das turmas regulares diurnas para a EJA pode ser interpretado como garantia de equidade, já que assegura aos jovens e aos adultos o mesmo currículo. Contudo, isso fere o princípio da equidade na diferença previsto nas Diretrizes Curriculares da EJA, que recomendam metodologias diferenciadas. Essa contradição refletirá uma tensão entre a busca de igualdade formal e a necessidade de reconhecer desigualdades históricas.
- 29** O protagonismo do conselho escolar ao propor um projeto interdisciplinar é expressão da gestão democrática (CF/1988, art. 206, VI; LDB, art. 14). Entretanto, se a decisão não for homologada coletivamente no PPP, ela poderá carecer de legitimidade institucional, revelando que a gestão democrática exige tanto participação ampla quanto formalização nas instâncias oficiais da escola.
- 30** Suponha-se que o projeto de tempo ampliado da escola do campo X pode ser considerado uma ação de educação integral em consonância com a Meta 6 do PNE. Nesse caso, é correto afirmar que, se o projeto for implantado sem integração curricular, limitando-se ao aumento de tempo em sala, estará descolado da concepção de integralidade defendida pelas Diretrizes Curriculares da Educação Integral, que entendem a integralidade como articulação entre escola, comunidade e território.

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

No início do ano, uma escola pública de ensino fundamental recebeu três novos alunos:

- uma aluna com baixa visão, que necessita de materiais em Braille e fonte ampliada;
- um aluno com deficiência intelectual leve, que precisa de adaptações curriculares individualizadas; e
- uma aluna com transtorno do espectro autista (TEA), cuja família solicitou acompanhamento especializado em sala comum.

Parte da equipe docente acredita que não há obrigação legal de oferecer tais recursos, já que a escola não dispõe nem de estrutura nem de profissionais específicos.

Com base nessa situação hipotética e na legislação vigente – Declaração de Salamanca, Política Nacional de Educação Especial/2008, Resolução CNE/CEB nº 4/2009, Lei nº 12.764/2012 e Lei nº 13.146/2015 –, julgue os itens seguintes.

- 31** Suponha-se que essa escola tenha decidido priorizar a oferta de alguns materiais acessíveis à aluna com baixa visão, enquanto outros seriam mantidos no formato padrão devido à alta complexidade da adaptação. Nesse caso, é correto afirmar que essa decisão estará alinhada à Declaração de Salamanca, que defende a criação de sistemas educacionais planejados para proporcionar uma relação custo-qualidade e respeitar as condições estruturais das instituições na promoção da inclusão.
- 32** No caso do aluno com deficiência intelectual leve, é correto afirmar que a Política Nacional de 2008 orientará que a escola comum deva assegurar a sua permanência em sala regular, com adaptações curriculares, ainda que a instituição não disponha de todos os recursos humanos no momento da matrícula.
- 33** O atendimento educacional especializado (AEE) passará a substituir a escolarização comum do aluno com deficiência intelectual, desde que seja apresentado o laudo médico que comprove a sua deficiência.
- 34** A Lei Berenice Piana (2012) garantirá à aluna, na condição de pessoa com TEA, o direito a um acompanhante especializado em sala de aula, cujos custos devem ser integralmente assumidos pelo Poder Público nos casos em que a família da aluna se encontre em condição de vulnerabilidade socioeconômica, desde que haja disponibilidade orçamentária para o atendimento.
- 35** O fornecimento de materiais em Braille e fonte ampliada para a aluna com baixa visão é um dever da escola, devendo ser consideradas a acessibilidade comunicacional e a pedagógica como condições indispensáveis à inclusão escolar.

Um professor de história, em uma turma do ensino médio, observou que uma aluna surda ainda não acompanhava integralmente as atividades de leitura de textos históricos. Buscou apoio da equipe pedagógica e constatou que a escola havia se inscrito recentemente em um programa de formação docente para inclusão, porém ainda não formalizara estratégias no PPP. Diante disso, surgem dúvidas sobre quais normativas devem orientar a atuação da escola.

Com base nessa situação hipotética e na legislação vigente – Parecer CNE/CP nº 50/2023 e Resolução CEDF nº 3/2023) –, julgue os itens a seguir.

- 36** A ausência de estratégias formais no PPP isenta a escola de garantir, de forma imediata, recursos de acessibilidade, já que o Parecer CNE/CP nº 50/2023 admitirá que a inclusão dependa exclusivamente da adesão prévia a programas de formação docente.
- 37** A Resolução CEDF nº 3/2023 estabelecerá que a acessibilidade comunicacional – incluindo a presença de intérprete de Libras, os recursos visuais e os materiais adaptados – é dever da escola pública do DF, devendo constar no PPP e ser efetivada no cotidiano pedagógico.

Um centro de ensino em Taguatinga (DF) atende a 620 estudantes do ensino fundamental e médio, sendo 28 pertencentes ao público-alvo da educação especial. A escola iniciou a implementação do Caderno de Orientações Pedagógicas 2025; contudo parte do corpo docente ainda centra a avaliação em provas escritas e notas quantitativas, em desacordo com princípios da avaliação formativa. Em reunião pedagógica, a coordenação destacou o Currículo em Movimento – Educação Especial como referência orientadora do processo pedagógico e apresentou as orientações pedagógicas da educação especial como documento orientador complementar. Alguns docentes manifestaram receio de que o uso de *softwares* de leitura e de recursos de comunicação alternativa pudessem comprometer a autonomia de estudantes com deficiência visual e deficiência múltipla. A equipe também debateu se o atendimento educacional especializado (AEE) deveria ocorrer apenas em horários distintos (turno inverso), de forma paralela ao ensino regular, ou se precisaria manter articulação pedagógica constante com a sala comum.

Com base nessa situação hipotética e nos documentos orientadores da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) para a educação especial, julgue os itens a seguir.

- 38** Ao orientar que o AEE seja planejado em articulação com o ensino regular, o Currículo em Movimento da Educação Especial reafirmará o paradigma inclusivo: o atendimento especializado não substitui conteúdos, mas fornece meios pedagógicos, recursos e estratégias acessíveis, em consonância com a Política Nacional de Educação Especial (2008) e com os princípios da equidade previstos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC – 2017).
- 39** A coexistência do currículo em movimento da educação especial e da Orientação Pedagógica da Educação Especial não configura sobreposição normativa, pois ambos são referenciais oficiais da SEEDF que se complementam: o primeiro no plano curricular e o segundo no plano operacional.
- 40** A compreensão do AEE como atividade paralela e substitutiva ao ensino regular, defendida por alguns docentes, vai ao encontro da proposta estipulada pelo currículo em movimento da educação especial e pela Orientação Pedagógica Da Educação Especial, assegurando o direito à escolarização em classes regulares.
- 41** A interpretação de que a Orientação Pedagógica da Educação Especial não possui caráter vinculante, restringindo-se a função meramente consultiva, ignora que esse documento, enquanto diretriz normativa distrital, vincula as práticas escolares à política inclusiva, em conformidade com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008).

- 42** A alegação de que *softwares* de leitura e comunicação alternativa podem produzir dependência tecnológica reflete as preocupações abordadas no Caderno de Orientação Pedagógica da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva 2025, ao considerar que o uso excessivo dessas tecnologias pode substituir estratégias pedagógicas tradicionais, impactando negativamente o processo de ensino-aprendizagem.
- 43** A leitura correta do caderno de orientação pedagógica 2025 implica reconhecer que a tecnologia assistiva não é opcional ou acessória, mas instrumento de acessibilidade pedagógica obrigatória, fundamentado na perspectiva inclusiva da SEEDF e nas normas federais de acessibilidade digital, de modo que sua recusa configura barreira atitudinal e pedagógica.

Em uma escola localizada no Distrito Federal, diversos desafios relacionados à inclusão educacional, e detalhados a seguir, foram identificados.

- Uma aluna com deficiência visual ainda não recebeu os recursos de tecnologia assistiva previstos no PPP.
- Um aluno com deficiência intelectual leve apresenta dificuldades de aprendizagem nos conteúdos de matemática, mas sua professora não sabe como adequar o currículo sem comprometer os objetivos da turma.
- Um aluno com dislexia continua sendo avaliado de forma padronizada, sem adaptações, acumulando reprovações.

Durante uma reunião pedagógica, a equipe gestora afirmou que o AEE poderia substituir parte do currículo regular do aluno com deficiência intelectual leve, e orientou o professor da sala comum a aguardar instruções externas antes de realizar quaisquer adaptações. Alguns docentes questionaram se o uso de leitores de tela e materiais em Braille para a aluna com deficiência visual configuraria um privilégio em detrimento dos demais estudantes.

Com base nessa situação hipotética e nas políticas públicas vigentes, julgue os itens a seguir.

- 44** A afirmação da gestão de que o AEE pode substituir parte do currículo comum do aluno com deficiência intelectual leve encontra respaldo nas políticas nacionais até os anos 1990, quando predominava a escolarização em instituições e classes especiais, mas contrariará a perspectiva inclusiva consolidada a partir da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e reforçada nos documentos da SEEDF.
- 45** Ao afirmar que o AEE pode substituir parte do currículo do aluno com deficiência intelectual leve, a equipe gestora demonstrou alinhamento com as práticas pedagógicas inclusivas, que preveem adaptações curriculares voltadas às necessidades específicas dos estudantes, desde que orientadas e aprovadas por profissionais especializados.

- 46** O questionamento de alguns docentes a respeito do uso de Braille e leitores de tela como privilégios para a aluna com deficiência visual expressa uma visão equivocada, pois as tecnologias assistivas são instrumentos de acessibilidade amplamente reconhecidos como condição para garantir a igualdade de oportunidades na educação.
- 47** A situação do aluno diagnosticado com dislexia, mas avaliado exclusivamente por provas padronizadas, pode ser tratada da mesma forma que as dificuldades de aprendizagem do aluno com deficiência intelectual leve, uma vez que ambas se configuram como problemas de defasagem pedagógica, e não como transtornos específicos, não exigindo adaptações distintas.
- 48** A alegação de que o professor deverá esperar por orientações externas para adequar o currículo do aluno com deficiência intelectual leve ignora a função atribuída pela LDB (art. 13) e pelos documentos da SEEDF, que estabelecem como dever docente formular, aplicar, revisar e avaliar adequações curriculares em diálogo com o AEE, sem delegar tal função a instâncias externas.

Em uma escola localizada no Distrito Federal, denúncias de estudantes com deficiência física revelam exclusão de atividades esportivas e comentários depreciativos de colegas, caracterizando práticas capacitistas. A coordenação pedagógica convocou uma reunião para estudo de caso envolvendo um aluno com TEA, mas afirmou que apenas laudos médicos devem fundamentar as estratégias de ensino. Além disso, professores divergiram acerca do papel do AEE: alguns acreditam que o especialista deveria assumir toda a responsabilidade pela adequação curricular, liberando o professor da sala comum dessa função.

Com base nessa situação hipotética e nas políticas públicas vigentes, julgue os itens a seguir.

- 49** Ao afirmar que apenas laudos médicos devem fundamentar as estratégias pedagógicas para o aluno com TEA, a coordenação pedagógica estará em consonância com a LDB (art. 59), que condiciona a adequação do ensino a diagnósticos clínicos específicos e garante segurança jurídica ao processo.
- 50** A divergência entre os professores quanto ao papel do AEE evidencia equívoco: segundo a Orientação Pedagógica da Educação Especial da SEEDF, caberá ao professor especializado elaborar a adequação curricular do estudante, enquanto o docente da sala comum executa o plano em sala.

- 51** A decisão de restringir a participação de estudantes com deficiência física das atividades esportivas pode ser substituída por tarefas de registro em planilhas acerca das modalidades, como anotar regras, pontuações e estatísticas de jogos, sem vivenciar a prática motora. Essa medida será considerada pedagogicamente adequada, pois garante que os alunos participem da disciplina.
- 52** Os comentários depreciativos contra os estudantes com deficiência física configuram práticas capacitistas, que deverão ser enfrentadas com ações pedagógicas, de gestão e de conscientização da comunidade escolar, conforme orienta a Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e os documentos da SEEDF.

Em uma escola técnica federal do Distrito Federal, turma do 2º ano do ensino médio, três estudantes apresentaram perfis que demandam atenção pedagógica diferenciada: um aluno com deficiência visual severa utilizava recurso de leitura em Braille e *softwares* de acessibilidade, mas a escola não possui versões digitais de todos os materiais didáticos, limitando a sua participação em laboratórios de física e química. Uma estudante com transtorno do espectro autista (TEA) apresentava dificuldade de adaptação a mudanças de rotina, sensibilidade auditiva elevada e tendência a fixar-se em temas específicos, o que interferia na participação em trabalhos coletivos e debates em sala de aula. E havia um aluno com altas habilidades/superdotação, que dominava conteúdos complexos rapidamente e demonstrava necessidade de desafios curriculares avançados. A ausência de atividades diferenciadas provocava desinteresse e impacto negativo na interação social com colegas.

Com base nessa situação hipotética e considerando as políticas públicas vigentes, julgue os itens a seguir.

- 53** O professor deve observar, registrar e analisar sistematicamente os padrões comportamentais, cognitivos e sensoriais da estudante com TEA, para planejar estratégias pedagógicas individualizadas que promovam participação efetiva, inclusão e aprendizagem significativa, mesmo que isso demande reorganização temporária de atividades coletivas.
- 54** Aplicar atividades em grupo de forma uniforme para os três alunos sem ajustes de ritmo, conteúdo ou suporte pedagógico individualizado é uma prática adequada, pois estratégias diferenciadas podem prejudicar a coesão da turma e gerar desigualdade entre estudantes.
- 55** Planejar atividades de enriquecimento e desafios adicionais para o aluno com altas habilidades/superdotação é obrigatório para garantir acesso pleno, engajamento, participação e aprendizagem significativa, respeitando as suas necessidades individuais e prevenindo desinteresse ou desmotivação.

Em uma escola do Distrito Federal, o Programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA) atendia a uma turma heterogênea de 2º segmento, composta de adultos com trajetórias educacionais e experiências de vida complexas: um aluno de 34 anos de idade, trabalhador noturno, analfabeto funcional, que dominava práticas manuais e conhecimentos comunitários, mas apresentava lacunas na leitura e na escrita formal; uma aluna de 42 anos de idade, mãe de três filhos, que possuía alfabetização funcional, mas apresentava baixa autoestima, dificuldade de participação em debates sobre cidadania e limitações na construção de argumentação crítica; e um aluno de 28 anos de idade, migrante, com domínio parcial da língua portuguesa, que apresentava competências numéricas aplicadas em seu trabalho informal, mas não conseguia transpor esses saberes para contextos escolares formais.

Com base nessa situação hipotética e considerando as políticas públicas vigentes, julgue os itens a seguir.

- 56** A construção do currículo para o aluno de 34 anos de idade deve, necessariamente, valorizar saberes prévios, experiências de vida e contexto sociocultural, de modo que as atividades de alfabetização e letramento sejam funcionalmente significativas, fomentando aprendizagem autônoma e inclusão integral.
- 57** A promoção da aprendizagem significativa da aluna de 42 anos de idade e do aluno de 28 anos de idade pode ser alcançada por meio de atividades individualizadas e isoladas, pois a EJA prioriza a instrução formal e padronizada como estratégia equitativa.
- 58** O planejamento de matemática e língua portuguesa, para o aluno de 28 anos de idade e para o aluno de 34 anos de idade, deve considerar contexto sociocultural, saberes prévios, funcionalidade e aplicabilidade na vida cotidiana, garantindo aprendizagem significativa, engajamento, protagonismo e inclusão, respeitando ritmos e trajetórias individuais.

Em um centro educacional, situado no Distrito Federal, a equipe pedagógica enfrenta impasses na organização das turmas da EJA. Entre os matriculados, há estudantes surdos usuários de Libras, jovens com TEA e adultos trabalhadores com histórico de evasão escolar. A direção defende que a alocação dos educandos em turmas regulares deve prevalecer sobre qualquer adequação específica, priorizando a logística da lotação. Parte dos docentes sustenta que as turmas inclusivas da EJA não necessitam de objetivos próprios, bastando replicar os das demais modalidades regulares.

Além disso, a estratégia de matrícula foi aplicada apenas pelo critério cronológico de inscrição, sem a avaliação das necessidades educacionais especiais, o que gerou concentração de estudantes com deficiência em uma única turma.

Com base nessa situação hipotética e considerando as políticas públicas vigentes, julgue os itens a seguir.

- 59** A Resolução CNE/CEB nº 4/2009 assegura que os objetivos pedagógicos das turmas da EJA devem considerar, sempre que possível, as necessidades específicas de cada estudante, inclusive daqueles com deficiência ou TEA, garantindo a flexibilização curricular e as estratégias de acessibilidade, como forma de promover a equidade e a participação plena no processo educativo.

- 60** É juridicamente aceitável que a matrícula de estudantes com deficiência ou TEA siga exclusivamente a ordem cronológica de inscrição, ainda que isso resulte na segregação em turmas específicas, pois tal procedimento respeita a legalidade administrativa e garante transparência no processo.

- 61** A organização das turmas da EJA, segundo os documentos norteadores da SEEDF, incluindo o Currículo em Movimento da Educação de Jovens e Adultos do DF, deve contemplar a diversidade etária, sociocultural e as necessidades específicas dos educandos com deficiência ou TEA, constituindo-se como medida de equidade pedagógica.

Duas unidades públicas – um centro de educação infantil (CEI), que atende a pré-escola (4 e 5 anos de idade), e uma escola classe, que atende os anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano) – enfrentam múltiplos desafios para adequar o currículo e as práticas pedagógicas às legislações distritais de inclusão e diversidade. Observam-se as seguintes situações:

- Durante a organização do currículo na escola classe, a coordenação percebeu que as aulas não contemplavam sistematicamente conteúdos acerca da Lei Maria da Penha.
- Um professor da escola classe relatou dificuldade em planejar atividades para o Dia de Combate à LGTBfobia, sem gerar constrangimentos ou preconceitos.
- O CEI recebeu recentemente crianças migrantes e refugiadas de 4 anos de idade, mas não havia procedimento formal de matrícula imediata.
- Estudantes indígenas matriculados na escola classe enfrentaram dificuldades de integração.
- O CEI não estava priorizando a recepção de crianças indígenas.

As direções das duas unidades solicitam que a equipe pedagógica elabore um plano de ação estratégico, garantindo o cumprimento das leis e das portarias vigentes.

Com base nessa situação hipotética e nas políticas públicas da SEEDF, julgue os itens a seguir.

- 62** A omissão de estratégias sistemáticas de ensino a respeito das noções básicas da Lei Maria da Penha no currículo da escola classe não configurará descumprimento legal, uma vez que essa lei apenas recomenda uma abordagem transversal, podendo ser abordada de forma eventual em atividades pontuais.
- 63** A promoção de atividades lúdicas e pedagógicas, com debates sobre respeito à diversidade sexual, no Dia de Combate à LGTBfobia, instituído pela Lei Distrital nº 4.374/2009, coaduna-se com a finalidade da data e com os princípios de educação inclusiva.
- 64** Conforme a Lei Distrital nº 7.395/2024, admite-se o diferimento da matrícula em CEI, mediante autorização prévia e específica da autoridade competente da SEEDF, para crianças migrantes, refugiadas e apátridas, durante a conferência documental, sem ofensa à norma; tal faculdade não alcança as creches públicas distritais.

- 65** A escola classe deve implementar estratégias pedagógicas específicas para estudantes indígenas, incluindo ensino intercultural e bilíngue, respeito às identidades étnicas e valorização das línguas e saberes tradicionais, conforme está definido na Portaria SEEDF nº 279/2018, garantindo acolhimento e permanência efetiva desses estudantes na rede pública.
- 66** Sendo o CEI uma instituição de educação infantil da rede pública, aplica-se a ele a prioridade de matrícula para crianças indígenas, a qual está prevista na Lei Distrital nº 5.816/2017; a reserva de vaga exigirá a apresentação do Registro Administrativo de Nascimento de Indígena (RANI), além dos demais documentos requeridos pela SEEDF. Igual previsão se estende às creches da rede pública do DF.

Uma estudante quilombola de uma turma do 5º ano de uma escola relata que os materiais didáticos utilizados não contemplam referências à história e cultura afro-brasileira e africana. Além disso, a turma não possui uma rotina estruturada de educação em direitos humanos, nem ações voltadas à equidade étnico-racial.

Com base nessa situação hipotética e nas políticas públicas relacionadas, julgue os itens a seguir.

- 67** A ausência de uma rotina estruturada de educação em direitos humanos na turma da estudante está em desacordo com a Resolução CNE/CP nº 1/2012, que determinará que essa temática deve ser tratada como uma disciplina autônoma nos currículos da educação básica.
- 68** Os materiais didáticos deverão incluir, a partir do 2º ano do ensino fundamental, conteúdos relativos à história e à cultura afro-brasileira e africana, em consonância com a Política Nacional de Implementação de Diretrizes para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- 69** A Política Nacional de Educação para as Relações Étnico-Raciais (PNEERQ) prevê que a implementação de ações estruturadas para a promoção da equidade étnico-racial, ausentes na rotina da turma da estudante, poderá ser realizada de forma gradual. Dessa forma, a não existência imediata dessas ações não caracteriza um descumprimento direto da legislação, mas, sim, uma etapa natural do processo de adaptação da escola.
- 70** Diante do caso apresentado, a medida adequada e alinhada às políticas públicas será revisar o planejamento e os materiais didáticos para garantir, de forma transversal e contínua, a inclusão de conteúdos sobre história e cultura afro-brasileira e africana, bem como instituir uma rotina estruturada de educação em direitos humanos com acompanhamento periódico. Assim, ações pontuais, como aulas isoladas ou datas comemorativas, são insuficientes para superar o problema identificado.



RASCUNHO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Vis-à-vis des apprenants, c'est-à-dire mise en œuvre comme moyen de relation pédagogique et pas uniquement comme « méthode de relation » à enseigner, l'approche interculturelle appelle, de la part de l'enseignant de langue, une grande bienveillance et une grande compréhension. En effet, changer de langue est un processus long, courageux, délicat, qui déstabilise beaucoup la personne même qui apprend, puisque cela touche jusqu'à son identité individuelle. La langue, qui est l'un des éléments clés de notre relation au monde et aux autres, n'est pas qu'un outil : cela concerne l'ensemble de ce qu'est une personne humaine. Changer de langue, c'est changer de « version du monde », c'est donner une autre image de soi, c'est donc perdre momentanément ses repères (pour en construire d'autres). D'où des réactions fréquentes de régression, de refus, de blocage dans le chemin qui conduit vers la pratique de l'autre langue, de l'autre culture et la rencontre de gens différents. C'est surtout difficile pour les monolingues, dont la version du monde, les schèmes linguistiques et culturels étaient de type « universels » jusqu'à ce que la rencontre de la différence (la vraie rencontre par la compréhension approfondie) les relativise fortement. Cette survalorisation de sa langue et de sa culture propres s'appelle l'ethnocentrisme (variante collective de l'égo-centrisme). Nous en sommes tous victimes, à des degrés divers : donc soyons vigilants !

Cette « résistance au changement », tout à fait naturelle, ne peut être vaincue que par l'encouragement, la valorisation, la bienveillance, et surtout pas par l'autoritarisme, la dévalorisation et la sanction. On n'apprend à parler une langue qu'en la parlant, à vivre une culture qu'en la vivant : toute pratique « pédagogique » qui tend à décourager la prise de parole et la vie collective est de fait anti-pédagogique, au moins dans l'enseignement des langues, et probablement bien au-delà ! Et ceci d'autant plus avec de grands débutants, dont les maladresses et les tâtonnements, les erreurs relatives, sont la condition et la preuve de leur apprentissage : c'est leur différence de locuteurs commençants, et elle mérite tout notre respect.

Internet: <gerflint.fr> (adapté).

Sur la base du texte présenté, jugez les éléments suivants.

- 71** Selon le texte, l'enseignant doit avoir une posture bienveillante envers l'apprenant tout en sachant être sévère quand cela est nécessaire.
- 72** Changer de langue implique un bouleversement identitaire qui peut provoquer chez l'apprenant des blocages ou des refus.
- 73** Les personnes monolingues, n'étant pas ou peu confrontées à d'autres visions du monde, perçoivent la leur comme étant « universelle ».
- 74** Selon le texte, l'apprentissage d'une langue s'ancre principalement dans la pratique active. Il est donc essentiel que les apprenants s'engagent dans des exercices de systématisation afin de consolider durablement leurs compétences linguistiques.
- 75** Les erreurs des apprenants doivent être automatiquement signalées et corrigées pour éviter que l'apprenant prenne de mauvais automatismes.
- 76** La phrase « La langue (...) n'est pas qu'un outil » peut être reformulée de la façon suivante : « La langue n'est pas seulement un outil » sans en modifier le sens.
- 77** Dans la phrase « pour en construire d'autres », en est un pronom personnel COD qui remplace « version de monde ».
- 78** Dans la phrase « D'où des réactions fréquentes de régression, de refus, de blocage », d'où introduit une conséquence.
- 79** Dans la phrase « jusqu'à ce que la rencontre de la différence (...) les relativise fortement. », le verbe est au présent de l'indicatif.
- 80** Dans la phrase « On n'apprend à parler une langue qu'en la parlant », en est un pronom personnel qui remplace le COD « une langue ».

J'étais bien content quand l'école a repris. Papa me déposait maintenant devant l'entrée des grands. J'étais au collège, dans la même classe que les copains, et une nouvelle vie commençait. Nous avions cours certains après-midi de la semaine et je découvrais de nouvelles matières comme les sciences naturelles, l'anglais, la chimie, les arts plastiques. Les élèves qui avaient passé leurs vacances en Europe ou en Amérique en étaient revenus avec des habits et des chaussures à la mode. Au début, je n'y prêtais pas attention. Mais Gino et Armand n'arrêtaient pas d'en parler, les yeux brillants. Cette envie a viré à l'obsession et j'ai fini par être contaminé.

Désormais, il n'était plus question de billes et de calots, mais de fringues et de marques. Sauf que, pour en avoir, il fallait de l'argent. Beaucoup d'argent. Même en vendant toutes les manguettes du quartier, nous n'aurions pas pu nous payer les chaussures avec la petite virgule dessus. Ceux qui revenaient de là-bas, d'Europe et d'Amérique, nous racontaient que les magasins faisaient plusieurs kilomètres de long et débordaient de baskets, de tee-shirts, de maillots de sport et de jeans. À Buja, il n'y avait rien, à part la vitrine dégarnie de la boutique Bata dans le centre-ville, ou les étals du marché Jabé qui proposaient quelques Reebok Pump trouées et des marques célèbres avec des fautes d'orthographe. Nous étions tristes d'être privés de ces choses dont nous nous étions passés jusque-là. Et ce sentiment nous changeait de l'intérieur. Nous détestions en silence ceux qui les possédaient.

Donatien, qui avait remarqué mon nouvel attrait pour les marques ainsi que ma propension à médire sur certains gosses de riches de l'école, me disait que l'envie était un péché capital. Ses leçons de morale me passaient au-dessus de la tête et pour une fois je préférais discuter avec Innocent, lui avait des combines pour me dégoter à moindre prix les accessoires dont je rêvais. À l'école, les groupes se constituaient désormais sur de nouveaux critères : ceux qui possédaient restaient entre eux.

Faye, Gaël. Petit Pays. Le Livre de Poche. Paris : 2017.

Sur la base du texte présenté, jugez les éléments suivants.

- 81** Le personnage principal de ce texte entre en 6e.
- 82** L'histoire se passe probablement dans une petite ville de France qui s'appelle Buja.
- 83** Les vêtements et les chaussures que l'on trouve dans la ville du protagonisme sont vraisemblablement des contrefaçons.
- 84** Le protagoniste et ses amis ont toujours rêvé de posséder des vêtements et des chaussures de marque. Ils ont toujours voulu être riches.
- 85** Innocent dérobait des vêtements de marques qu'il vendait au narrateur à petits prix.
- 86** La phrase « je découvrais de nouvelles matières » devrait être écrite « je découvrais des nouvelles matières ». L'emploi de « de » dans ce cas est incorrecte et relève d'un registre familier.

- 87** Dans la phrase « Les élèves qui avaient passé leurs vacances en Europe ou en Amérique », le verbe passer se conjugue avec l'auxiliaire avoir parce qu'il est suivi d'un COD.
- 88** Dans la phrase « nous n'aurions pas pu nous payer les chaussures avec la petite virgule dessus », le verbe pouvoir est au conditionnel passé et exprime un regret explicite.
- 89** L'expression « à part » peut être remplacée par « sauf » sans changer la structure ou le sens de la phrase.
- 90** Dans la phrase « Lui avait des combines », on observe une ellipse du pronom personnel sujet « il ». Cette construction relève d'un effet de style, souvent utilisé dans des contextes littéraires, notamment pour refléter le discours intérieur d'un personnage.

Ceux qui jugent et qui condamnent disent la peine de mort nécessaire. D'abord, – parce qu'il importe de retrancher de la communauté sociale un membre qui lui a déjà nui et qui pourrait lui nuire encore. – S'il ne s'agissait que de cela, la prison perpétuelle suffirait. À quoi bon la mort? Vous objectez qu'on peut s'échapper d'une prison? Faites mieux votre ronde. Si vous ne croyez pas à la solidité des barreaux de fer, comment osez-vous avoir des ménageries? Pas de bourreau où le geôlier suffit.

Mais, reprend-on, – il faut que la société se venge, que la société punisse. – Ni l'un, ni l'autre. Se venger est de l'individu, punir est de Dieu. La société est entre deux. Le châtement est au-dessus d'elle, la vengeance au-dessous. Rien de si grand et de si petit ne lui sied. Elle ne doit pas "punir pour se venger"; elle doit corriger pour améliorer. Transformez de cette façon la formule des criminalistes, nous la comprenons et nous adhérons.

Reste la troisième et dernière raison, la théorie de l'exemple. – Il faut faire des exemples! Il faut épouvanter par le spectacle du sort réservé aux criminels ceux qui seraient tentés de les imiter! – Voilà bien à peu près textuellement la phrase éternelle dont tous les réquisitoires des cinq cents parquets de France n'est que des variations plus ou moins sonores. Eh bien! Nous nions d'abord qu'il y ait exemple. Nous nions que le spectacle des supplices produise l'effet qu'on en attend. Loin d'édifier le peuple, il le démoralise, et ruine en lui toute sensibilité, partant toute vertu. Les preuves abondent, et encombreraient notre raisonnement si nous voulions en citer. Nous signalerons pourtant un fait entre mille, parce qu'il est le plus récent. Au moment où nous écrivons, il n'a que dix jours de date. Il est du 5 mars, dernier jour du carnaval. À Saint-Paul, immédiatement après l'exécution d'un incendiaire nommé Louis Camus, une troupe de masques est venue danser autour de l'échafaud encore fumant. Faites donc des exemples! Le mardi gras vous rit au nez.

Victor Hugo, Le Dernier jour d'un condamné – Préface – 1832.

Sur la base du texte présenté, jugez les éléments suivants.

- 91** Les partisans de la peine de mort estiment qu'il est nécessaire d'écarter de la société les individus considérés comme dangereux.
- 92** Selon Victor Hugo, la prison à perpétuité représenterait la peine idéale en ce qu'elle permet d'écarter les individus dangereux tout en constituant un exemple dissuasif pour le reste de la société.
- 93** Victor Hugo conçoit la justice non pas comme un instrument de punition ou de vengeance, mais comme un moyen d'éducation visant à encourager le progrès moral et social du condamné.
- 94** Victor Hugo considère que les réquisitoires des parquets français sont des discours originaux et variés, apportant chacun une nouvelle perspective sur la justice.
- 95** À travers l'exemple de l'exécution de Louis Camus, Hugo souligne que la peine capitale, loin d'inspirer le respect ou la crainte, se transforme en spectacle macabre servant de divertissement à la foule.
- 96** La phrase « Pas de bourreau où le geôlier suffit. » peut être reformulée en « Il n'y a pas besoin de bourreau là où le geôlier suffit. » sans en modifier le sens.
- 97** Dans la phrase « il faut que la société se venge », le verbe se venger est au subjonctif présent.
- 98** Dans la phrase « Reste la troisième et dernière raison », le verbe rester est à l'impératif.
- 99** Dans la phrase « une troupe de masques est venue danser autour de l'échafaud encore fumant », le verbe fumer est au gérondif.

O Currículo em Movimento, elaborado pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) a partir de discussões realizadas por professores de todos os componentes curriculares e diversos outros profissionais da educação, baseia-se na teoria curricular crítica e pós-crítica. A respeito desse assunto, julgue os itens a seguir.

- 100** A construção do currículo contou com um processo participativo e democrático de diversos segmentos da educação, além de vários espaços de reflexão e discussão que foram oportunizados para os profissionais da educação e para a sociedade civil, como fóruns, ciclos e consultas.
- 101** O Currículo em Movimento tem como um de seus objetivos implementar o ensino em tempo integral em todas as escolas do Distrito Federal.
- 102** O Currículo em Movimento se baseia em concepções como a pedagogia histórico-crítica e a psicologia histórico-cultural. Assim, o processo educativo deve promover o acesso ao conhecimento sistematizado, valorizando a mediação docente e as interações sociais como essenciais para o desenvolvimento integral dos estudantes.

- 103** Os eixos transversais do Currículo em Movimento abordam temas como direitos humanos, educação ambiental e diversidade, contribuindo para a formação de sujeitos críticos e socialmente responsáveis.
- 104** O Currículo em Movimento adota o princípio da progressão continuada, visando um processo ininterrupto de aprendizagem. Isto significa que o aluno é automaticamente aprovado, independentemente da conquista das aprendizagens.
- 105** O ensino de línguas estrangeiras (LE) no Currículo em Movimento tem como único objetivo o desenvolvimento de habilidades técnicas de comunicação, visando à preparação do estudante para as relações no mundo do trabalho e em esferas acadêmicas.
- 106** O currículo de LE procura incentivar um processo de ensino/aprendizagem com centralidade no sentido, estimulando o protagonismo estudantil e o desenvolvimento da pessoa em uma perspectiva de educação integral.

As Diretrizes Pedagógicas dos Centros Interescolares de Línguas (CILs) é um documento realizado por um grupo de trabalho formado por representantes de todos os CILs e profissionais atuantes nas instâncias intermediária e central da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) responsáveis por seu acompanhamento pedagógico. Colaboradores internos e externos contribuíram tanto no processo de formação por que passaram os participantes antes do início da elaboração dos textos, como na leitura crítica do documento resultante. Com base nessa informação, julgue os itens a seguir.

- 107** Voltadas principalmente para a educação básica, os CILs atendem estudantes do ensino fundamental – anos finais – e do ensino médio, ambos pertencentes exclusivamente à rede pública de ensino.
- 108** O professor atua em turmas heterogêneas e precisa buscar maneiras para melhor alcançar os objetivos de aprendizagem em cada ciclo, como reagrupamentos intra e extraclasse, atividades interventivas, monitorias, entre outras estratégias.
- 109** As Diretrizes Pedagógicas dos Centros Interescolares de Línguas (CILs) preconizam que a aprendizagem de línguas estrangeiras ocorra de maneira espiralada, com a retomada progressiva de conteúdos, favorecendo a consolidação e ampliação dos conhecimentos linguísticos.
- 110** A formação continuada é uma responsabilidade exclusiva do professor, e o envolvimento de gestores, supervisores e coordenadores é apenas opcional, dependendo de sua iniciativa ou interesse.

Com base nas orientações das Diretrizes de Avaliação Educacional da SEEDF e do Currículo em Movimento da Educação Básica, recomenda-se a adoção da avaliação formativa como instrumento principal para acompanhar e analisar a aquisição de conhecimentos pelos estudantes. Com base nessa informação, julgue os itens a seguir.

- 111** A avaliação tem três funções principais. Uma função diagnóstica, uma função formativa e uma função somativa. O professor deve fazer um uso consciente destas.
- 112** A avaliação se faz principalmente por meio de provas, testes e notações que possibilitam diagnosticar com mais precisão as dificuldades de aprendizagem e acompanhar o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.
- 113** O processo avaliativo é responsabilidade exclusiva do professor, devendo ser cuidadosamente planejado e implementado de acordo com as necessidades específicas de cada grupo de estudantes, garantindo a adequação e a eficácia das práticas avaliativas.

A perspectiva acional possui características peculiares ao ensino de línguas, porque prevê o reconhecimento do contexto de ensino e do perfil dos aprendizes. Por exemplo, na abordagem acional, para se desenvolver a proposta de projetos, deve-se considerar em que comunidade os aprendizes estão inseridos e como eles interagirão nessa comunidade, com os recursos linguísticos que possuem. Deve-se, então, considerar se a comunidade é plurilíngue ou bilíngue, bem como a relação do aprendiz com a língua-alvo, além de entender seus conflitos internos e externos.

Em suma, na proposta acional, apreende-se um aspecto social. Os aprendizes da língua-alvo reconhecem um aspecto social. Há uma dimensão social que envolve e interage com os recursos necessários e imediatos ao processo de ensino e aprendizagem de uma língua. Com isso, desenvolvem-se competências gerais. Entende-se, portanto, a necessidade de agir com os outros, agir junto e agir em prol da comunidade.

Metodologias de Ensino de Francês: Debates, Reflexões e Desafios do Século XXI / Marcos Rogério Martins Costa; Ana Luiza Dallapicula (organizadores). – Formiga (MG): Editora Uniesmero, 2022, p. 26.

Com base no texto apresentado, julgue os itens a seguir.

- 114** Para a abordagem acional no ensino de línguas, reconhecer o ambiente de ensino e as especificidades dos aprendizes é imprescindível para desenvolver projetos adequados.
- 115** Segundo a perspectiva acional, espera-se que o aprendiz desenvolva a capacidade de raciocinar diretamente na língua-alvo. Portanto, deve-se evitar recorrer à língua materna durante o processo de aprendizagem.

- 116** Segundo a abordagem acional, o ensino de línguas estrangeiras tem como foco exclusivo o desenvolvimento de competências comunicativas, desconsiderando outras dimensões da formação do aprendiz.

De forma geral, o estudo de Francês Língua Estrangeira (FLE), atualmente, está mais acessível. Existem diversas tecnologias e materiais, em distintos meios, bem como em diversos formatos, como: áudios, livros, vídeos, conversação com nativos por meio da conexão de internet, dentre outros. Só que é preciso um profissional qualificado e ciente das mudanças e (r)evoluções tecnológicas para que essa diversa e extensa gama de possibilidades não se torne um amontoado de informações desconexas, que mais dificultam do que auxiliam os aprendizes.

Nas três partes que compõem este livro, foram apresentadas informações que corroboram que a realização de atividades contextualizadas e relacionadas às situações de comunicação reais da vida prática cotidiana favorecerem o maior interesse dos estudantes e potencializa o processo de ensino-aprendizagem. Por isso, é preciso estar acompanhado dessas transformações técnicas, metodológicas e práticas do processo de ensino de língua estrangeira, tanto quanto estar atento às dificuldades e às necessidades de suas turmas. Cada aprendiz trará as próprias dúvidas e sua experiência pessoal com a língua estrangeira. O professor de FLE deve agir em prol de que essa experiência seja a mais oportuna, consciente e adequada aos objetivos da aprendizagem.

Metodologias de Ensino de Francês: Debates, Reflexões e Desafios do Século XXI / Marcos Rogério Martins Costa; Ana Luiza Dallapicula (organizadores). – Formiga (MG): Editora Uniesmero, 2022, p. 73.

Com base no texto apresentado, julgue os itens a seguir.

- 117** Dada a quantidade de recursos disponíveis, o processo de aprendizagem em FLE se desenvolve de forma autônoma, sem a necessidade de um profissional qualificado para orientar os estudos.
- 118** Um profissional qualificado e atualizado tecnologicamente é um fator determinante para transformar a diversidade de recursos em instrumentos pedagógicos coerentes.
- 119** O ensino do francês com o apoio de tecnologias deve considerar o perfil e as necessidades dos aprendizes, bem como o contexto em que estão inseridos.
- 120** A integração de tecnologias digitais no ensino de francês como língua estrangeira é importante, mas não é essencial. Pode-se muito bem aprender a língua sem recorrer a elas.